

# A “inevitabilidade” das remoções de favelas como discurso legitimador do Porto Maravilha

*The inevitability of removals from favelas as a legitimizing discourse for Porto Maravilha*

## MÔNICA FORT

Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (PPGCom/UTP). Tem experiência na área de Comunicação atuando principalmente nos seguintes temas: jornalismo, televisão, educação, comunicação organizacional e comunicação audiovisual. Compõe a diretoria da Abrapcorp desde 2022. Líder do Grupo de Pesquisa ‘APURA VERDADE - investigação para o combate à desinformação’ e membro do GP ‘INCOM - Interações Comunicacionais, Imagens e Culturas Digitais’. E-mail: [monicafort@gmail.com](mailto:monicafort@gmail.com)

## VANIA OLIVEIRA FORTUNA

É professora adjunta da Faculdade de Comunicação Social da UERJ - Departamento de Relações Públicas - e subcoordenadora do Laboratório de Comunicação, Cidade e Consumo (Lacn/UERJ). Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), graduada em Comunicação Social (habilitação em Relações Públicas (UERJ) e Jornalismo (UESA). Fez pós-doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem experiência nas áreas de Comunicação Organizacional e Jornalismo, atuando principalmente em produção e coordenação de eventos corporativos. E-mail: [vaniafortuna@gmail.com](mailto:vaniafortuna@gmail.com)

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar a produção de sentidos do Porto Maravilha na cobertura jornalística de O Globo. Utilizando como metodologia a Análise de Discurso, nos moldes propostos por Eni Orlandi (1999) e Kleber Mendonça (2007), analisamos reportagens, veiculadas entre 2010 e 2015, sobre as remoções no Morro da Providência. A construção discursiva do consenso sobre o projeto neoliberal de cidade que prometia transformar o Rio de Janeiro em cidade global, silenciou e ou normalizou o agravamento de problemas sociais, como a remoção de moradores pobres e de maioria negra. Os discursos do Porto Maravilha se entrelaçaram aos dos megaeventos esportivos internacionais, visto que a legitimação dessa grande intervenção urbana se apoiou, em grande medida, na preparação da cidade para os Jogos Olímpicos de 2016.

**Palavras-chave:** Porto Maravilha; Remoções de favelas; Análise de discurso.

## ABSTRACT

The objective of this work is to investigate the production of meanings in Porto Maravilha in the journalistic coverage of O Globo. Using Discourse Analysis as a methodology, along the lines proposed by Eni Orlandi (1999) and Kleber Mendonça (2007), we analyzed reports, published between 2010 and 2015, about removals in Morro da Providência. The discursive construction of the consensus on the neoliberal city project that promised to transform Rio de Janeiro into a global city silenced and/or naturalized the worsening of social problems, such as the removal of poor, mostly black residents. The discourses of Porto Maravilha were intertwined with those of international sporting mega-events, as the legitimacy of this large urban intervention was based, to a large extent, on the city's preparation for the 2016 Olympic Games.

**Keywords:** Porto Maravilha; Removals of slums; Discourse Analysis.

## INTRODUÇÃO

Em um dossiê que propõe discutir comunicação e diversidade, vislumbramos a oportunidade de retomar e problematizar um momento emblemático do Rio de Janeiro em que o “fantasma” das remoções de favelas, cujos moradores são majoritariamente pobres e negros, volta a assombrar a cidade. Nas disputas simbólicas pelos sentidos que pretendiam um consenso sobre as grandes intervenções urbanas realizadas no Rio de Janeiro para receber os megaeventos esportivos internacionais – Copa do Mundo, em 2014, e Jogos Olímpicos, em 2016 –, o jornalismo ocupou um papel central. Essa prática discursiva se mostrava alinhada à gestão urbana na busca pela legitimação do modelo neoliberal de cidade colocado em prática, tomado como caminho único para que o Rio tornasse globalmente competitivo nos segmentos turístico, negócio e imobiliário.

O alinhamento do jornalismo hegemônico a determinadas políticas vigentes não é novidade. A literatura sobre a história da imprensa nos oferece explicações e exemplos a esse respeito. Mas problematizar como essa “parceria” se materializa no texto jornalístico, produzindo efeitos de verdade sobre pessoas e espaços públicos, efeitos mesmos que conformam interesses políticos e de grandes corporações, é um dever constante dos pesquisadores da área de comunicação. As “práticas discursivas” geram “relações de saber” que, por sua vez, determinam as “relações de poder” (Foucault, 2010). Trata-se do modo como a sociedade se estrutura a partir da linguagem e do saber. Os jornais têm a legitimidade de representação.

No processo de construção espacial e simbólica da cidade olímpica, vimos os agravamentos de problemas sociais, que foram silenciados e ou normalizados pelos atores economicamente interessados no sucesso do empreendimento. A remoção de favelas se imprimiu nesse contexto. O cenário expunha grupos sociais que sentiram no “próprio corpo, na própria história”, como destaca Rolnik (in: Falhauber; Azevedo, 2015, p. 13), as consequências negativas de uma política urbana neoliberal autoritária e excludente com quem não “cabia” nesse projeto de cidade.

Entre as muitas obras que se espalharam pela cidade, produzindo desapropriações e remoções, nosso interesse maior recai sobre a revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, o Porto Maravilha. A cobertura dessa intervenção urbana pelo jornal O Globo, nos cinco anos que antecederam os Jogos Olímpicos de 2016, é um objeto rico para a problematização de diferentes temas que atravessam (e muitas vezes unem) o jornalismo e o neoliberalismo. Neste trabalho, analisaremos algumas reportagens, veiculadas entre 2010 e 2015, que tratam das remoções no Morro da Providência, realizadas durante a gestão do prefeito Eduardo Paes no âmbito do Porto Maravilha.

Este estudo não é uma denúncia de que o jornalismo direciona os sentidos. Partimos dessa constatação para compreender a complexidade do processo simbólico desencadeado pelo

agendamento midiático no “deslocamento” dos sentidos da zona portuária. Para isso, adotamos a metodologia Análise de Discurso, sob as perspectivas teórico-metodológicas de Eni Orlandi (1999) e Kleber Mendonça (2007). As matérias jornalísticas analisadas estão formuladas de maneiras diferentes, mas é o *como* estão formuladas que define as significações que as governam. Analisando tais formulações, seus gestos de interpretação, podemos descortinar o processo de produção de sentidos que visava transformar o Rio de Janeiro em cidade global.

O projeto de cidade implementado por Paes começou a ser delineado nos anos de 1990 pelo prefeito César Maia (1993-1996; 2001-2004; 2005-2008). Inspirado nas reformas urbanas de Barcelona para os Jogos Olímpicos de 1992, Maia introduziu o modelo de planejamento estratégico, desenvolvido sob o avanço do neoliberalismo nos Estados Unidos, nos anos de 1980. Nessa concepção de cidade, os megaeventos esportivos se convertem em poderosa justificativa para que grandes intervenções urbanas sejam autorizadas. O apelo simbólico que eles incitam, aflorando sentimentos de pertencimento, patriotismo e união entre os povos é fortemente capturado pelos discursos que buscam o apoio popular.

No rearranjo espacial e discursivo da cidade olímpica e global, as remoções se impuseram travestidas pelo argumento do risco. Seleccionamos, nesse sentido, um recorte que traz importantes indicadores da materialização discursiva da parceria público-privada unificando ideologicamente instâncias governamentais e jornalísticas. Os silenciamentos do jornal O Globo se afinavam aos discursos oficiais do Porto Maravilha, (re)produzindo o apagamento da realidade dos moradores, de maioria negra, das comunidades pobres da cidade.

## REMOÇÕES DE FAVELAS NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO “RIO, CIDADE GLOBAL”

O protagonismo das cidades, tão disputado no mundo globalizado, se desenvolveu a partir da transposição para a esfera pública de um modelo empresarial. O neoliberalismo consagrou e disseminou esse tipo de política urbana a partir dos anos de 1980. Isso implica um processo simbólico: a gestão urbana opera como empresa para produzir e vender uma mercadoria bastante cobiçada – a cidade. A cidade concebida nesse modelo não está ao alcance de todos, porque, assim como uma empresa, trabalha para os públicos de interesse. Cria oportunidades para turistas, empresários e parte seleta da população, em detrimento de políticas públicas direcionadas à moradia, saúde e educação dos mais pobres.

O Rio de Janeiro é gerido sob a lógica neoliberalista desde os anos de 1990. Mas foram as eleições da cidade como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014 e sede dos Jogos Olímpicos de 2016 que catalisaram os investimentos para grandes intervenções urbanas há muito sonhadas por sucessivos gestores urbanos. Discursos oficiais e jornalísticos tentaram constuir uma nova imagem da cidade, silenciando o que não era virtude dessa mercadoria.

Os megaeventos servem aos discursos ordenadores não só como argumento para a execução de grandes reformas urbanas, mas também para a aceitação e apoio da população, especialmente pelo sentido patriótico que eles despertam. Nossa crítica aos megaeventos se dá na medida em que são tomados pelos discursos hegemônicos como um argumento que autoriza intervenções urbanas a construir uma nova cidade pela velha lógica da exclusão.

As obras para a Olimpíada são o mote da reportagem “Uma ‘plástica’ de R\$ 36,5 bi”, publicada pelo O Globo em 18 de outubro de 2014, evidenciando a forma como as remoções são tratadas pelo jornal. O *lead* relata o cenário confuso da cidade por conta das obras de mobilidade urbana, mas, no parágrafo seguinte, essa questão é amenizada, pois afirma que o resultado será positivo: “[...] o carioca enfrenta transtornos, na expectativa de usufruir de uma cidade mais bonita e com melhor infraestrutura quando os tapumes forem retirados”.

Ao descrever obras simultâneas de mobilidade, equipamentos culturais e reurbanização de favelas, a matéria faz uma associação das intervenções urbanas promovidas por Paes com as operadas por Pereira Passos, Carlos Lacerda e Cesar Maia. Pontuamos na reportagem aproximações e distanciamentos.

Para especialistas da história do Rio, o volume de obras atual só é comparável ao de dois momentos do passado, em que a cara da cidade mudou. São citadas as gestões de Pereira Passos (1902-1906), ex-prefeito do Distrito Federal, e de Carlos Lacerda (1960-1965), ex-governador do Estado da Guanabara. Foram grandes intervenções, mas com propostas distintas, em áreas e frentes de trabalhos menores – afinal, a cidade ainda estava longe de ter seis milhões de habitantes. Entre os dois governos do passado e do presente, o Rio viveu ainda outro momento de transformação urbanística importante, na década de 90. Houve a implantação do projeto Rio cidade (que renovou parte da estrutura de bairros já consolidados nas zonas Sul e Norte), a construção da Linha Amarela e a execução do Favela-Bairro (de urbanização de áreas carentes). (O Globo, 18/10/2014, p. 14)

Destacamos a declaração do arquiteto Augusto Ivan, ex-secretário municipal de Urbanismo.

Lacerda teve como uma das estratégias de governo a remoção de favelas, com a transferência de moradores para conjuntos habitacionais longe das áreas centrais. Hoje, há um volume grande de investimentos nas favelas, mas com outro conceito. As remoções existem por causa de obras de reurbanização, mas a proposta é manter as comunidades, implantando serviços. Embora Pereira Passos seja mais conhecido pelas intervenções na Rio Branco, foi responsável também por abrir a Avenida Rui Barbosa (no Flamengo), ajudando no desenvolvimento urbanístico da Zona Sul. Os BRTs em construção hoje ajudam a revitalizar o subúrbio – disse Ivan. (O Globo, 18/10/2014, p. 14)

A matéria dá a ver que se trata de uma transformação bem mais ampla e complexa porque ocorre em toda a cidade. O arquiteto Augusto Ivan aproxima Eduardo Paes de Pereira Passos pela construção de vias que vão melhorar a mobilidade no Centro e pela preocupação com a modernização da zona portuária. Distancia, porém, as duas gestões afirmando que Pereira Passos se preocupou com a zona sul, enquanto Paes se preocupa com o subúrbio.

Quando comparadas as intervenções de Paes com as de Carlos Lacerda, também há um distanciamento, posto que o arquiteto ressalta que o então governador idealizou o Elevado da Perimetral como solução viária, mas, na gestão de Paes, o elevado foi derrubado por ser um dos responsáveis pela degradação da região portuária. O distanciamento maior se dá quando o assunto é remoção de favelas. Chama a atenção que Paes trabalha com o conceito de preservação das favelas nos locais onde estão, mas que algumas remoções são naturais ao processo de reurbanização.

A forma simplificadora com que o arquiteto (fonte oficial) aborda a questão das favelas na gestão Paes se entrelaça à abordagem não menos simplificadora do jornal. A reatualização de um já dito nos discursos aponta para a “verdade evidente” de que grandes transformações urbanas são necessárias à ordem e ao progresso, e que somente elas mudam a cara da cidade, pressuposto discursivo que dá tônica à matéria.

A lógica urbana das obras que buscavam “revitalizar” a zona portuária (e integrá-la a um Rio cosmopolita, global e sede de megaeventos) se baseavam na verdade única de que parceria público-privadas, remoção e gentrificação eram as formas possíveis de promover a integração (e as melhorias) às áreas do Porto. Nossa observação nos leva a caminhos apontados por Foucault (2010): por um lado, o poder se ancora na vontade de verdade que se sobrepõe a outras leituras da realidade. Sobreposição possível porque se mantém na exclusão/interdição de novas perspectivas e interpretações para uma determinada realidade.

Por mais que o discurso seja bem pouca coisa, as interdições que o atinge revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que o manifesta (ou oculta) o desejo; é, também aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (Foucault, 2010, p. 10)

E tal poder, continua Foucault (2010), não está centralizado em um ponto. Ao contrário. Está em toda parte porque emana de todos os lugares. No entanto, o poder exerce o controle dos discursos impondo aos indivíduos regras que limitam, visto que nem todos têm acesso a ele.

Nesse sentido, como na lógica capitalista hegemônica de gestão da cidade se daria a efetiva participação democrática dos moradores da zona portuária e de outros que estaria no

caminho desse projeto? O jornalismo está instalado nessas relações de poder que constroem as verdades. Os discursos, então, são formas de ver o mundo, recortes do olhar, determinações das características de um grupo, um modo de ver a realidade.

A matéria “Uma ‘plástica’ de R\$ 36,5 bi”, ao tomar como verdade as grandes reformas urbanas como solução para a cidade, silencia o agravamento de problemas sociais pela execução de um projeto estruturado em interesses de agenciadores privados. Mais ainda: silenciam que os problemas atuais são, em certa medida, consequências dessas transformações urbanas do passado. “[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes” (Foucault, 2010, p. 8).

Passos, Lacerda e Cesar Maia tornaram a cidade mais excludente. Para modernizar o Porto e o centro da cidade, Passos construiu grandes avenidas centrais e abriu caminho para a zona sul. Copacabana foi inaugurada nessa época, valorizada por várias linhas de bonde. A empresa estrangeira Light criava linhas de transporte que levavam a áreas até então vazias, apontando para um processo associado à valorização fundiária. A população pobre que estava no caminho dessa modernização foi expulsa do centro da cidade.

Ao produzir um espaço nos moldes de Paris, Passos não pressupôs o fluxo das pessoas expulsas. Houve necessidade de fluxo e essas pessoas responderam a isso, ocupando os morros do Centro da cidade. Foi um período marcado por grandes remoções e pela construção dos primeiros subúrbios. Nos anos de 1960, Lacerda também promoveu grandes remoções de população pobre que morava em áreas valorizadas, especialmente em bairros da zona sul, mais tarde apropriadas pelo capital imobiliário em expansão.

Quando a matéria afirma que as intervenções de Passos e Lacerda não foram tão complexas como as atuais porque “afinal, a cidade ainda estava longe de ter seis milhões de habitantes”, parece que esses gestores não erraram, e que os problemas sociais se agravam atualmente porque a cidade cresceu. Esse argumento é questionável. É um gesto de silenciamento do jornal, pois não se discute o fato de que ao planejarem uma cidade que crescia, o faziam excluindo pessoas.

Eduardo Paes planejou o Porto Maravilha prevendo o adensamento da zona portuária. Mais uma vez se mostra intrínseca ao planejamento do crescimento da cidade a expulsão de parte da população pobre. Ao silenciar a complexidade social que envolve grandes intervenções urbanas que prometem mudar a imagem da cidade, cria-se a ideia do modelo neoliberal de cidade também como solução para os problemas sociais.

Podemos pensar os silenciamentos do jornal como um efeito do “discurso do urbano” Orlandi (2004), uma generalização do discurso do urbanista que se imprime em outros discursos indiscriminadamente, e que homogeneiza o modo de significar a cidade. Nesse sentido, há

uma sobreposição do urbano apagando o social da cidade. Grandes intervenções urbanas são propostas como soluções para as demandas sociais, que devem ser complexificadas para além de projetos pragmáticos de incremento da infraestrutura urbana.

A forma como são abordados as remoções de favelas, o Porto Maravilha e as demais intervenções de mobilidade urbana pressupõe a apropriação pelo jornal do “discurso do urbano”, que se sobrepõe ao real da cidade na medida em que trata o urbano e o social como a mesma coisa. Evidencia-se um jornalismo que propõe o urbanismo como solução para questões sociais particulares do Rio, como as favelas, por exemplo, silenciando “os modos de produção de sentidos próprios à cidade que trazem o imprevisível, o não calculado, o que não se reduz a um plano projetado” (Orlandi, 2004, p. 35).

A reflexão de Orlandi (2004) sobre o apagamento da polissemia das cidades nos remete ao que Certeau (2011) chama de “discurso utópico urbanístico”, um discurso que define a cidade por uma tríplice relação: a produção de um espaço próprio, racional, que oculta os problemas que a assolam; o estabelecimento de um não-tempo ou de um tempo sincrônico, que faz frente às resistências das tradições; e a criação de um sujeito universal e anônimo: a própria cidade. A pluralidade de sentidos que transborda dos modos de usabilidade da cidade, seria, dessa forma, contida por discursos totalizantes que insistem em unificar e tornar anônima “as práticas microbianas, singulares e plurais” (Certeau, 2011, p. 175).

Faulhaber e Azevedo (2015), em “SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico”, nos dão dados importantes para o reconhecimento dos interesses mercadológicos que cercaram as remoções, contradizendo a naturalidade tão requerida pela produção de sentidos do consenso. Apesar de Passos e Lacerda habitarem a memória coletiva como políticos que promoveram grandes remoções, a gestão Paes removeu cerca de 67 mil pessoas entre 2009 e 2013, sem contar os imóveis em áreas formais que foram desapropriados. Esse número supera as remoções de Lacerda, com 30 mil, e de Passos, com 20 mil.

As remoções não resultaram somente de projetos de urbanização de favelas, mas também de obras viárias para a implantação dos BRTs<sup>[1]</sup>. A reestruturação da mobilidade urbana foi um dos compromissos assumidos com a organização dos Jogos Olímpicos e, portanto, fazia parte do repertório discursivo dos legados. Os relatórios do COI que fundamentaram as negativas à cidade em candidaturas anteriores ressaltavam essa questão. Esse compromisso, entretanto, foi adequado pelas instâncias governamentais a interesses do mercado imobiliário, valorizando bairros e empreendimentos a partir dos corredores viários.

Faulhaber e Azevedo (2015) produziram um mapa que aponta os locais em que se deram as remoções. Os dados foram obtidos na Gerência de Terras e Reassentamento da Secretaria Municipal de Habitação (SMH). A concentração aparece em áreas valorizadas (ou com potencial

de valorização) pelos investimentos públicos. Os assentamentos considerados em áreas de risco, assim como em outras áreas que demandavam obras de infraestrutura, estavam em zonas de influência da Copa do Mundo e da Olimpíada.

A revitalização da zona portuária também desapropriou dezenas de imóveis privados e removeu moradores do Morro da Providência. Os discursos do risco se entrelaçavam aos do Porto Maravilha, indicado como um dos legados olímpicos. O argumento de uma vida mais digna, longe do risco e em melhores habitações legitimou a remoção de casas e de espaços de uso comum na Providência para a construção de mirantes, plano inclinado<sup>[2]</sup> e teleférico<sup>[3]</sup>. A ideia era transformar a favela em “museu a céu aberto” para promover o turismo na região.

## MORRO DA PROVIDÊNCIA E PORTO MARAVILHA: LEGITIMAÇÃO DISCURSIVA DA INEVITABILIDADE DAS REMOÇÕES

Em 15 de janeiro de 2011, o jornal O Globo publicou: “Mãos à obra na Providência”, abordando o começo das obras de urbanização, com ênfase na construção de um teleférico e de um plano inclinado que melhorariam a mobilidade dos moradores. A reportagem ressalta o Morro da Providência como “a primeira favela carioca a ter sua conservação – incluindo iluminação pública, limpeza de ruas e manutenção do mobiliário urbano – bancada pela iniciativa privada”, um “mérito” do Porto Maravilha. Ilustram a matéria duas imagens simulando áreas reurbanizadas com o plano inclinado e o teleférico funcionando.

A remoção de moradores da Pedra Lisa, no Morro da Providência, é justificada por tratar-se de área de risco e porque em parte desse local estava prevista a construção de um plano inclinado. Não há opinião dos moradores ameaçados de remoção. Duas fontes oficiais são acionadas na reportagem, que ocupa a página inteira do jornal: o então secretário municipal de Habitação, Jorge Bittar, afirmando que as remoções são necessárias por conta do risco, e do Tribunal de Contas do Município (TCM), que reforça as ações da gestão urbana na medida em que diz que o Favela-Bairro, projeto do ex-prefeito Cesar Maia, não conseguiu acabar com as áreas de risco e nem impediu que a comunidade crescesse.

Assim, pensar a questão do silêncio não é buscar apenas o que não foi dito. Se o silêncio não fala, mas significa, cabe-nos a missão de entender para quais posições no jogo de poder tais silenciamentos apontam. Em outras palavras, quem (ou que aspecto da complexidade das questões) está sendo silenciado quando apenas uma fonte (ou um “modelo” de interpretação real) está sendo autorizada a falar e a omitir opiniões. (Mendonça, 2015, p. 47)

De volta à reportagem, na retranscrição “Meta agora é virar atração turística”, fica claro que as obras de reurbanização também acontecem para transformar a favela em atração turística: “A Providência tem história para contar. Antes da área ser uma favela, o entorno foi conhecido como um movimentado mercado de escravos” - diz o secretário municipal de Habitação, Jorge Bittar. Isso aponta para o enquadramento da zona portuária em uma tendência global de musealização das cidades, como destacam Huyssen (2000) e Jeudy (2005).

A reflexão de Jeudy (2005) sobre a recomposição da paisagem urbana por projetos de revitalização de áreas degradadas contempla referências específicas às favelas do Rio de Janeiro, entre elas, o Morro da Providência. Segundo autor, o projeto internacional de padronização das cidades, procura, em cada uma delas, ancorar-se na história de uma cultura própria, e no Brasil essa dinâmica enraíza-se nas favelas. Ao longo do século XX, artistas e intelectuais brasileiros e estrangeiros tornaram as favelas os territórios mais simbólicos da cultura brasileira. O autor, no entanto, afirma que tais movimentos não alteraram o olhar hegemônico desses espaços e seus habitantes como uma “chaga” da cidade.

Jeudy (2005) ressalta que o “efeito de estetização” produzido por reestruturações urbanas que desejam construir uma nova imagem da cidade seria um “resultado lógico” de recorrentes tentativas de higienização urbana. O Morro da Providência, nesse contexto, é capturado por gestores urbanos como um museu vivo da cidade.

[...] a vida social não será mais investida em objetos museográficos, ela estará sempre se reproduzindo porque o museu se tornará seu instrumento. Devido ao fato de as pessoas sentirem prazer em viver, o museu “vivo” será responsável por essa dimensão estética ativa que falta à miséria cotidiana. A exaltação cultural da vida social será oferecida como alternativa de fruição especular à resignação comum [...] a favela se tornará ela própria um local aberto para o mundo, um laboratório de criações, um viveiro de riquezas simbólicas. Assim será a parábola municipal: para além da miséria existe a arte; arte que, por excelência, exerce a função primordial de sublimar a miséria. (Jeudy, 2005, p. 126)

O museu Providência, no entanto, se estruturou discursiva e espacialmente à base de remoções dos moradores que estavam no caminho das obras. Desde o lançamento do Morar Carioca, em 2011, poucas e simplificadoras matérias de O Globo abordaram as obras de reurbanização, e, quando isso acontecia, era para promover o teleférico. A maioria das reportagens trazia a fala de Eduardo Paes e de moradores que elogiavam a iniciativa da prefeitura. A apresentação de vozes dissonantes de um ou outro morador era imediatamente abafada por várias outras favoráveis à reurbanização. Não se debatia a proposta da prefeitura para as remoções, e muito menos se divulgavam os movimentos de resistência da comunidade.

Essa prática discursiva se expressa em “Teleférico da Providência começa a operar no domingo”, publicada em 24 de junho de 2014. A reportagem informa que a inauguração acontece

13 meses após a conclusão da obra porque houve demora na negociação entre a prefeitura e o consórcio Porto Novo, responsável pelos serviços de conservação. São descritos benefícios do teleférico para moradores da comunidade e turistas.

A Secretaria Municipal de Habitação justifica que as obras do Morar Carioca não foram concluídas porque uma liminar da Defensoria Pública as paralisou, impedindo a remoção dos moradores de uma área de risco, área mesma que daria lugar à construção de um plano inclinado. O Morar Carioca no Morro da Providência inicialmente previa a remoção de 832 casas, marcadas com a sigla SMH (Secretaria Municipal de Habitação), seguidas de um número de cadastro interno da secretaria. Os moradores ficavam aterrorizados, pois muitas vezes chegavam do trabalho e deparavam-se com a marcação de suas casas sem nenhuma explicação prévia.

Algumas casas foram removidas no início das obras<sup>[4]</sup>. A comunidade se mobilizou e pediu ajuda a outros técnicos, que produziram um contralaudo que apontava o número de casas em áreas de risco ser bem menor do que o apresentado no laudo oficial da prefeitura. Assim como em outras comunidades, a falta de informações, de participação dos moradores no debate sobre o projeto e a intimidação por parte de agentes públicos caracterizaram as remoções no Morro da Providência.

Enquanto o O Globo silenciava os conflitos que se imprimiam nesse processo, vídeos, testemunhos e críticas o denunciavam, especialmente via internet<sup>[5]</sup>. O curta metragem “Casas Marcadas”<sup>[6]</sup> mostra relatos indignados de alguns moradores que tiveram as casas marcadas, entre eles, Márcia Regina de Deus, moradora que se tornou símbolo da resistência. Vejamos parte da fala de Márcia no documentário (Moreira *et al*, 2013):

[...] Eu não vou deixar o que eu tenho aqui. Aqui é uma casa boa. Eu abro minha janela e vejo todo mundo passando... “bom dia, dona Márcia”. Agora eu vou morar num cubículo de 38m²? [...] Tudo que eu consegui na minha casa foi com muito sacrifício. É tudo um sacrifício. Então, eu vou até o final pela luta da minha casa, pra minha casa permanecer linda e bonita como ela é... nos piores momentos o poder público nunca passou aqui para abraçar a causa de ninguém. Agora que pacificaram a comunidade nos convidam a nos retirar. Não! O modelo de favela que eles querem fazer é pra inglês ver. Então, a gringa aqui sou eu. A modelo aqui sou eu. Minha casa, minha vida é onde eu moro.

Observamos que mais do que um deslocamento físico, a história de vida desses moradores é ignorada (diríamos ultrajada) pelas remoções. O Morro da Providência também

foi destaque na mídia internacional. O *The New York Times* publicou, em 12 de agosto de 2012, artigo escrito pela urbanista Theresa Williamson e o fotógrafo Maurício Hora: “Em nome do futuro, Rio está destruindo o passado”, que abordava a complexidade da reurbanização do Morro da Providência e como ela foi pensada no projeto de transformação da cidade para a Olimpíada de 2016.

Um passeio rápido pela comunidade revela a situação assustadora de insegurança em que os habitantes estão vivendo: no alto do morro, aproximadamente 70% das casas estão marcadas para despejo: uma área que a princípio deverá ser favorecida pelos investimentos em transporte que estão sendo realizados. Mas o *teleférico de luxo* vai transportar entre 1.000 e

3.000 pessoas por hora durante os Jogos Olímpicos. Portanto, não serão os moradores os beneficiados, e sim os *investidores*. Os habitantes da Providência estão temerosos. Apenas 36% deles possuem documentos comprovando seus direitos de propriedade, em comparação aos 70 a 95% em outras favelas. Mais do que em outras comunidades pobres, esses moradores estão muito desinformados sobre os seus direitos e apavorados diante da possibilidade de perderem suas casas. Some-se a isso a abordagem da prefeitura de “dividir para conquistar” – em que os residentes são confrontados individualmente para assinar o reassentamento e negociações comunitárias não são permitidas – e a resistência é silenciada de modo efetivo. (Williamson; Hora in: *The New York Times*, 12/8/2012)

Os movimentos de resistência dos moradores<sup>[7]</sup> e a repercussão negativa das remoções na mídia internacional, assim como fontes outras que denunciaram os embates políticos e sociais pelos quais a cidade passou nesses anos de preparação para a Olimpíada, apontaram para discursos comprometidos com os interesses especulativos do mercado imobiliário. Informações que fragilizaram a construção de consenso do Porto Maravilha, porque revelaram a violência física e simbólica do projeto de cidade.

Dos estudos que Bourdieu (1998) empreende sobre as relações sociais, surge o conceito de violência simbólica, processo pelo qual uma determinada classe exerce sua dominação sobre outra. As relações sociais são percebidas como relações políticas e de comunicação, logo, como relações de poder. Nesse sentido, os sistemas simbólicos (arte, língua, religião e ciência) são instrumentos de conhecimento e de construção do mundo que possibilitam consensos sobre esse mesmo mundo, promovendo, dessa forma, a integração social.

Bourdieu (1998) reconhece nas relações de comunicação e de conhecimento, expressas nos sistemas simbólicos, a função política de imposição e legitimação da dominação de uma classe sobre a outra, configurando o que chama de violência simbólica. Ao reconhecer essas relações como luta de diferentes classes pelo poder de nomear o mundo, o autor afirma:

Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, quer por procuração, por meio de luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social. (Bourdieu, 1998, p. 12)

O jornalismo, dessa forma, se estabelece como produtor simbólico na luta para nomear o mundo, com poder assegurado pelo fato de deter capital econômico, cultural e simbólico. O capital

simbólico nos traz inferências importantes para o objetivo deste trabalho, visto que o jornalismo tem o poder de controlar a produção de sentidos por meio dos discursos. Grosso modo, ele pode ser entendido como quem tem autoridade para controlar o discurso. Os destinatários de um texto são também alguém que tem “acesso ao ‘dito’ através de uma ‘maneira de dizer’ que está enraizada em uma ‘maneira de ser’, imaginário de um vivido” (Maingueneau, 1993, p. 49). Entende-se, portanto, que a imprensa, por exemplo, convence seus leitores (coenunciadores) ao “atestar o que é dito na própria enunciação, permitindo a identificação com uma certa determinação do corpo”.

Nesse sentido, nossa análise dá a ver que os discursos do Porto Maravilha, potencializados pelos megaeventos, nos remetem a uma cidade que “renasce” a partir da velha lógica de urbanização excludente, de expulsão dos “indesejados”, atualizada por um modelo de cidade estruturado em novas mediações entre o público e o privado. Mediações mesmas que ordenam sentidos por meio de uma violência simbólica materializada no alinhamento discursivo entre o jornalismo hegemônico e a política urbana neoliberal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de Resende (In: Maia; Helal, 2012) inspiram a escrita deste encerramento, pois compartilhamos da reflexão de que a cidade é palco do exercício da diferença, um conjunto complexo de modos de vidas e lutas simbólicas que se revela em espaço de conflito, e não de consenso, como insistem os discursos que pretendem manter uma ordem utópica, dos quais fazem parte algumas narrativas midiáticas. Para o autor, existem três lugares que “falam a cidade”: a cidade em que vivemos, conflituosa por natureza; a cidade que nós lemos, que depende das nossas análises; e a cidade que nós escrevemos, que são os discursos que oferecem diferentes apreensões. Essas perspectivas que florescem na/da cidade levam ao reconhecimento da coexistência de várias cidades em uma: “falar a cidade é retirar dela textos possíveis, é narrá-la reconhecendo-a também como texto, é fazer-se sabedor e dar a ver que toda cidade é um texto que eu invento enquanto vivo e reinvento enquanto teço” (Resende in: Maia; Helal, 2012, p. 38).

Um “debate sobre a verdade não pode ser outra coisa que um debate sobre a natureza e o estatuto do nosso conhecimento” (Martins, 2011, p. 39). Por mais que o leitor possa desconfiar ou sentir-se desconfiado do veículo que transmite determinada informação, pressupõe que os relatos de fatos sejam verdadeiros. A persuasão, o convencimento, acaba acontecendo pela

própria formação dos textos jornalísticos transmitidos. Dado o princípio da veracidade da notícia, quem recebe o conteúdo acaba convencido daquela informação.

Claro que existe a possibilidade de encontrar no âmbito do jornal e da mídia leituras que refletem uma cidade plural, mas, em grande medida, as narrativas oferecem conteúdos simplificadores que explicam acontecimentos como se fossem isolados do contexto da cidade. Isso funciona como contraponto à cidade que por essência se revela polissêmica. São narrativas que reforçam discursos legitimadores de uma ordem urbana que dão a ver a cidade como um signo fechado. Vivemos no Rio de Janeiro de muitas favelas, entre outros Rios contrastantes obliterados pelas falas ordenadoras que alimentaram o imaginário do “Rio, cidade global e olímpica”. Discursos que se esforçaram para transformar as várias cidades que coexistem no Rio em uma só, porque revelar uma cidade que está em conflito o tempo todo não serve à lógica da cidade-mercadoria.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 2010.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1993.

\_\_\_\_\_. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso – a construção do ethos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MENDONÇA, Kleber. *Entre o mito da retomada do território e a política de silêncio: uma análise do discurso do RJTV sobre a “Pacificação” da Rocinha*. Comunicação & Inovação (online), v.16, p. 43- 58, 2015.

MOREIRA, Carlos R. S.; BARRADAS, Adriana; SCHIMITE, Alessandra; CHEQUETTI, Ana Clara; OLIVEIRA, Éthel; LIZERA, Juliette. Casas Marcadas. *YouTube*, 11 jan. 2013. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=xao\\_4b8DJ\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=xao_4b8DJ_k). Acesso em: 28 ago. 2024.

ORLANDI, Eni. *Cidade dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

RESENDE, Fernando. Cidades, culturas e narrativas: espaços de negociação e produção de sentidos. In: MAIA, João; HELAL, Carla (orgs.) *Comunicação, arte e cultura na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a [favela.com](http://favela.com)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

- 
- [1] *Bus Rapid Transit* – corredor exclusivo de ônibus articulados, divulgado como modal de massa para desafogaro trânsito na cidade.
- [2] Rampa com trilhos para o transporte, em vagões, dos passageiros do teleférico. Moradores procuraram a Defensoria Pública e obtiveram uma liminar, em novembro de 2012, que paralisou essa obra.
- [3] Inaugurado em 2 de julho de 2014.
- [4] Algumas famílias optaram pelo aluguel social de R\$ 400,00 até o “reassentamento” em habitações populares, outras pela compra de imóvel assistida.
- [5] Entre tantos exemplos, destacamos o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, que produziu dossiês sobre megaeventos esportivos e violação dos direitos humanos. O último dossiê – Rio 2016: um legado de violações, lançado em dezembro de 2015, foi o quarto de uma série e o primeiro depois da Copa de 2014. O foco concentra-se nas Olimpíadas de 2016.
- [6] Recebeu o prêmio de Menção Honrosa no 12º Festival Internacional de Cinema de Arquivo (Recine), em dezembro de 2012.
- [7] Os movimentos de resistência dos moradores de diferentes favelas e a pressão da população, que questionou o projeto de cidade e os megaeventos esportivos especialmente após as manifestações populares de 2013, fizeram com que o poder público recuasse de algumas ações e demonstrasse maior disposição para o diálogo.